

**PLANO DE TRABALHO 2020**  
**PROGEN UNIDADE I – VILA BELA**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

**1.1. SERVIÇO (OBJETO DA PARCERIA):** SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS 06 A 14 ANOS

**1.2. QUANTIDADE DE GRUPOS SOLICITADOS:** 11

**1.3. ABRANGÊNCIA:** NOROESTE - G9: VILA CASTELO BRANCO (Vila Castelo Branco, Jardim Garcia, Vila Padre Manoel da Nóbrega, Jardim Paulicéia)

**2. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

**2.1. NOME DA INSTITUIÇÃO:** PROJETO GENTE NOVA - PROGEN (SEDE)

**2.2. Nº DO CNPJ DA INSTITUIÇÃO:** 54.129.002/0001-04

**2.3. WEBSITE OFICIAL DA INSTITUIÇÃO (OU REDE SOCIAL):** [www.progen.org.br](http://www.progen.org.br)

**3. UNIDADE EXECUTORA**

**3.1. NOME DA UNIDADE EXECUTORA:** PROGEN UNIDADE I - VILA BELA

**3.2. Nº DO CNPJ DA UNIDADE EXECUTORA:** 54.129.002/0001-04

**3.3. ENDEREÇO DA UNIDADE EXECUTORA (COM BAIRRO E CEP):** Rua Castelnuovono 699, Bairro: Vila Castelo Branco CEP: 13061-266

**3.4. TELEFONE DA UNIDADE EXECUTORA ( COM DDD):** (19) 3269-6088

**3.5. E-MAIL DA UNIDADE EXECUTORA:** [progen@progen.org.br](mailto:progen@progen.org.br)

**3.6. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA EXISTENTE NA UNIDADE EXECUTORA:**

O prédio é cedido e possui: 01 sala de atendimento individualizado; 05 salas de atividades coletivas e comunitárias; 02 sala de informática; 02 salas de equipe técnica; 01 salão multiuso; 01 sala administrativa; 01 sala da coordenação geral; 02 salas de coordenação técnica; 01 sala dos educadores; 02 áreas externa para atividades; 01 brinquedoteca; 02 almoxarifados, 01 quadra poliesportiva coberta; instalações sanitárias com adequada iluminação e acessibilidade (02 banheiros para usuários (Feminino e Masculino) com 04 cabines cada, sendo 01 com acessibilidade; 03 banheiros para funcionários), ventilação, conservação, privacidade e limpeza; 01 cozinha com 01 dispensa; 01 copa e 01 refeitório.

**Destaque:** Os espaços de acesso coletivo possuem acessibilidade para pessoas com deficiência e de mobilidade reduzida.

### **3.7. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MEIOS DE TRANSPORTE DISPONÍVEIS PARA O SERVIÇO NA UNIDADE EXECUTORA:**

- 01 sala de atendimento individualizado, equipada com: cadeira, sofá, armário;
- 05 salas de atividades coletivas e comunitárias, equipadas com: mesas, cadeiras, armários, televisores, DVD's, equipamentos de som, aparelhos DVD/Bluray, home theater, jogos esportivos, jogos pedagógicos, livros, brinquedos, materiais de artesanato, puffs, colchonetes, instrumentos musicais;
- 02 salas de informática, equipadas com: mesas, cadeiras, bancadas, computadores, notebooks, data show, tela de projeção, armários, ar-condicionado;
- 02 salas de equipe técnica, equipadas com: mesas, cadeiras, armários, computadores, telefones, impressoras, livros, materiais de estudo, armário de arquivo/prontuários;
- 01 salão multiuso, equipado com: armários, cadeiras, materiais esportivos, jogos e jogos de mesa;
- 01 sala administrativa, equipada com: mesas, cadeiras, armários, computadores, impressoras, notebooks, telefones, armário para arquivos;
- 01 sala da coordenação geral, equipada com: mesas, cadeiras, armários, computadores, impressoras, telefones, livros, materiais de estudo;
- 02 salas coordenação técnica, equipadas com: mesas, cadeiras, impressora, telefone, notebooks, livros, DVD's, materiais de estudo, câmeras fotográficas;
- 01 sala de educadores, equipada com: mesas, cadeiras, armários, computadores, livros, materiais de estudo e pedagógicos;
- 02 áreas externa para atividades, equipada com: materiais esportivos, jogos, materiais de meio ambiente.
- 01 brinquedoteca, equipada com: colchonetes, mesa, cadeiras, armários, televisão, jogos, brinquedos, materiais pedagógicos, livros, dvds;
- 01 quadra poliesportiva coberta, equipada com: mini traves, redes;
- instalações sanitárias com adequada iluminação e acessibilidade (02 banheiros para usuários (Feminino e Masculino) com 04 cabines cada, sendo 01 com acessibilidade; 03 banheiros para funcionários), ventilação, conservação, privacidade e limpeza equipados com instalações sanitárias adequadas;
- 01 cozinha, equipada com: geladeiras, freezers, fogão, forno, armários, prateleiras, coifa,

utensílios de cozinha em geral;

- 01 despensa, equipada com armário, prateleiras, caixas organizadoras;
- 01 copa, equipada com: cadeiras, mesa, fogão, armário;
- 01 refeitório, equipado com: conjuntos de mesas, bebedouro, balcão térmico.

**Meios de Transporte:** Serviço de Transporte por intermédio de Contratação de Terceiros para uso compartilhado nas demandas das Unidades da Proteção Social Básica da OSC; Reembolso de KM para os colaboradores que utilizam seus veículos próprios em atividades externas eventuais.

#### **4. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA (DIAGNÓSTICO SOCIAL):**

O Projeto Gente Nova – Progen, unidade I, está localizado no bairro Vila Castelo Branco. Em 2019 o bairro completou 52 anos de existência, marcados por uma história de luta pelos Direitos Sociais. Gonçalves (2002, p. 108), destaca que inicialmente o Conjunto Habitacional Vila Castelo Branco era denominado Vila Bela, a alteração do nome ocorreu em função da morte do ex-presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, sendo que mesmo antes da inauguração oficial, algumas casas já eram habitadas, e os próprios moradores batizaram o bairro com o nome de Vila Bela.

A Vila Castelo Branco (Vila Bela), está localizada na região Noroestedo município de Campinas, estado de São Paulo. Atualmente a região Noroeste compõem com outras quatro regiões (Leste, Norte, Sudoeste e Sul) a divisão territorial do município para assistência social, conforme determinado pela Política Municipal de Assistência Social. O bairro, foi construído pela COHAB (Companhia de Habitação Popular de Campinas), em 1967, como parte do projeto piloto de construção de bairros populares do Banco Nacional de Habitação (BNH). Possui uma história fundamentada num grande marco da sociedade brasileira, a ditadura militar. Outro marco é a proposta da criação deste conjunto habitacional, a partir dos recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH), onde se buscava a construção de moradias populares com a preocupação de redirecionar a população que habitava em cortiços e nas primeiras favelas que se formavam na região central do município, devido o processo de industrialização e expansão urbana, com a vinda de imigrantes que buscavam oportunidades de trabalho.

Conforme aponta Rodrigues (2008) "tanto a política habitacional praticada, quanto o mercado imobiliário da época, incrementaram um modelo de organização espacial das cidades que destinava a periferia para os mais pobres, seguindo o padrão centro-periferia. A partir dessa premissa, a Vila Castelo Branco (Vila Bela) foi construída distante da mancha urbana e com várias carências de infraestrutura". Também podemos identificar o processo de higienização, já que os moradores dos bairros centrais e nobres (Nova Campinas, Taquaral, Cambuí e Centro), buscaram afastar para regiões

longínquas, pobres e, em sua maioria, negros, que moravam em residências precárias (favelas e cortiços) no entorno destes bairros.

De acordo com Amaro (2005 p. 58-81), pratica-se no Brasil uma exclusão pela cor, pela etnia do sujeito, pela atribuição de valor diminuído e depreciativo ao indivíduo portador de determinada cor de pele e que nem sempre o trajeto de discriminação e exclusão que arrasta os negros à assistência é conhecido pelos atores institucionais, responsáveis pelo seu atendimento. Desta forma, foi construída a Vila Bela, com casas geminadas, com área média de construção entre 30 e 45m<sup>2</sup>. Segundo Gonçalves (2002, p.110), *"segundo o padrão determinado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFAU - as casas da Vila Bela foram projetadas de forma a economizar terreno, material e mão-de-obra, bem como tempo de construção"*.

Todo esse processo foi e é significativo para a compreensão do diagnóstico da realidade deste território, somado o período militar caracterizado pela falta de democracia, supressão de direitos, censura, perseguição e repressão, com a criação de conjuntos habitacionais sem garantias de direitos (como acesso à cultura, lazer, mobilidade e saúde), ilustram como a história não pode ser negada, já que a partir dela que podemos escrever novos caminhos, escolhas e possibilidades. Dentre esses caminhos, está o trabalho realizado pelo Progen em conjunto com essa comunidade.

O Progen atua há 35 anos na região Noroeste da cidade de Campinas/SP, por meio das ações desenvolvidas nas 04 unidades: Vila Bela, Jardim Satélite Íris I, Jardim Garcia e Jardim Bassoli; em parceria com Secretaria Municipal da Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, à partir do Termo de Colaboração.

O Progen nasce em julho de 1984, com o pedido de um menino: "Dona me dá um pedaço de pão duro?". Esse é o pedido do menino em situação de trabalho infantil que bate à porta da Casa das Irmãs Salesianas e que teve como resposta um projeto de cidadania que perdura por 35 anos. A proposta do Progen sempre esteve voltada às ações de prevenção às crianças e adolescentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade e risco social. A longo desses trinta e cinco anos, o Progen atua neste microterritório como referência para esta comunidade, no âmbito da Política de Assistência Social, respeitando à participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, famílias e comunidade na elaboração e planejamento das atividades, pois temos como princípio de trabalho propiciar a escuta das demandas e sugestões trazidas por este público alvo e da própria comunidade.

O movimento popular é um marco referencial para esta comunidade, trazendo consigo o compromisso de estar junto em todos esses espaços, embora sabemos que ainda hoje, exista ausência de alguns equipamentos públicos como por exemplo um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, que é a porta de entrada na Política de Assistência Social e hoje encontramos a seguinte

situação: o Distrito de Assistência Social - DAS - Noroeste, unidade gestora, executora e articuladora de ações, projetos, programas, serviços e benefícios da Assistência Social mais próximo da Vila Bela fica localizado a 10 km, único da Região Noroeste, sendo necessário que o acesso seja realizado por transporte público ou particular, criando barreiras na garantia de direitos da população no atendimento prestado pelo serviço.

A ausência de equipamentos suficientes de diversas Secretarias na Microrregião Noroeste G9 para as demandas da população, conforme apontados nos Relatório de Informações Sociais do Município de Campinas (RIS) de 2016 e do Perfil das Pessoas e Famílias do Cadastro Único de 2017, mostra um cenário preocupante para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes. Mediante este cenário, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 a 14 anos, enquanto serviço preventivo da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é indispensável para o atendimento das demandas da microrregião noroeste G9 voltadas à prevenção de vulnerabilidades e garantia de direitos das crianças, adolescentes que habitam nesta área, bem como seus familiares.

O Progen Vila Bela, atualmente tem realizado atendimento para mais de 42 bairros na cidade de Campinas; ultrapassamos nossos limites de atuação no microterritório e isso se resume na falta de oferta e equipamentos de Políticas Públicas nas demais regiões e também pelo fato de termos no microterritório 04 Escolas de Ensino Integral, atendendo crianças no ensino fundamental e adolescentes no ensino fundamental e médio.

Temos observado fenômenos que são presentes na dinâmica cotidiana das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 14 anos, das 330 crianças e adolescentes atendidos, 81% (total de 267) destas, estão em situação prioritária, vivenciando situações como: desproteção social, negligência familiar e/ou do Estado, uso e abuso de substâncias psicoativas, violência de gênero, violência física, violência psicológica, violência sexual, trabalho infantil, egressos do sistema prisional, indivíduos (genitores) no sistema prisional, vulnerabilidade no que diz respeito à pessoa com deficiência, dentre outros; que evidentemente faz conexão com os dados do Município de Campinas em relação a defasagem de ordem social no âmbito sociopolítico, norteando a importância dos SCFV nas abrangências municipais, o que nos mostra que o atendimento realizado vem de encontro ao público prioritário, conforme Resolução CIT nº 1/2013 e a Resolução CNAS nº 1/2013 onde classificam de maneira detalhada as especificidades de cada situação prioritária.

Segundo a caracterização do território municipal o Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Campinas, como dito anteriormente (IDHM - 2010), é 0,805 classificando-o como um desenvolvimento muito alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM é a questão da Longevidade com índice de 0,860 seguido de Renda (0,829), e Educação (0,731). Para a região noroeste, conforme

apresentado no Diagnóstico Socioterritorial, da Fundação FEAC (Edição 2017), o IDHM é de 0,717. Na esfera de vulnerabilidade social do município podemos verificar nos dados do perfil de Campinas um significativo crescimento entre os anos de 1991 à 2010, de famílias chefiadas por mulheres, classificados aspectos norteadores socioeconômicos que fragilizam e favorecem situações de vulnerabilidade e risco social, tais como: famílias monoparentais chefiadas por mulheres, baixa escolaridade dos responsáveis, que favorecem o trabalho informal (sem vínculos empregatícios) e com renda mensal de aproximadamente até dois salários mínimos, e evasão escolar de adolescentes e jovens, o que nos faz refletir do quanto hoje, não nos deparamos com um pedido de pão, mais sim com um pedido de cidadania, visto que diante de todo este cenário, o tráfico, a criminalidade acabam sendo a única alternativa para sua sobrevivência. Deste modo, apesar de ter um índice de desenvolvimento relativamente alto para os padrões brasileiros, a cidade de Campinas tem ainda desafios relativos ao combate das questões da vulnerabilidade social. (Diagnóstico Socioterritorial, da Fundação FEAC-Edição 2017).

Conforme informações do IBGE, o município de Campinas conta com uma população de 1.164.099 habitantes residindo em uma área de 794,744 km<sup>2</sup>. Só na região Noroeste temos 133.086 habitantes e uma área de 63,330 km<sup>2</sup>. Diante destes dados, observamos uma área de alto índice de violência. De acordo com dados apresentados no Relatório de Informações Sociais de Campinas (RIS - 2016), a partir de coleta no Sistema TABNET/SISNOV, em dezembro de 2016 apresentou-se um total de 234 casos de violência notificados, destes, 77 são casos que tiveram como vítima pessoas do sexo masculino, cerca de 33%, e os outros 157 foram do sexo feminino, o que representa mais da metade dos casos com 67%. Observando os dados do Boletim SISNOV N° 12/2017, houve um aumento considerável de notificações relacionadas à tentativas de suicídios se comparado aos anos anteriores, totalizando 352 notificações em 2017, enquanto em 2013, houve 77.

Vale destacar outros aspectos que favorecem para a situação de risco no microterritório, como a violência urbana, alto índice de tráfico de drogas na região, influenciando os adolescentes e jovens e a exploração sexual vivenciada por adolescentes e jovens; famílias monoparentais chefiadas pelas genitoras e/ou avós pelo fato dos genitores estarem em privação de liberdade.

Em 2019, elaboramos o documento de Perfil das Famílias atendidas, uma vez que de acordo com as estratégias metodológicas, faz parte de nossas ações de processo avaliativo e embasa as estratégias de atendimento e articulação com a rede socioassistencial. Através deste documento, foi possível observar que embora nossa meta de atendimento é de 330 crianças e adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 06 a 14 anos, realizamos em 2019 atendimento para mais de 420 crianças e adolescentes superando nossa meta de atendimento.

Das 330 crianças e adolescentes que realizamos o atendimento conforme a meta, 76% (total de

251) estão dentro da faixa etária de 06 a 11 anos, seguido pela somatória de 24% (total 79), estão na faixa etária de 12 a 14 anos. Em relação a idade escolar do público atendido, um total de 97% (total de 320) estão cursando o Ensino Fundamental e 3% (total 10), estão cursando a educação infantil. Destacamos que devido ao fato de atendermos outras regiões da cidade de Campinas, temos articulação com mais de 21 Escolas Estaduais, Municipais, particularese de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, onde as principais são: EMEFEI Padre Francisco Silva, EE Profº Carlos Lencastre, EE Drº Mário Natividade, EE. ProfªHercy Moraes, EE. Wilson Brandão Tóffano, EE. Fábio Faria de Syllos, EE.Profº André Fort, EE. Profª Sophia Velter Salgado, EE. Djalma Octaviano, CEI Recanto das Crianças, CEMEI Pres. Castelo Branco, e EMEI Profª Hermínia Ricci.

Dos 330 atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, temosum total de 277 famílias atendidas; 38% destas que equivalem a 106 famílias declararam a renda mensal de até 2 salários mínimos, seguidas de 35% (total 97) daquelas com renda familiar mensal de até 3 salários mínimos. Um total de 15% (41) dos responsáveis atendidos declararam possuir a renda de até 1 salário mínimo, seguidos por 12% (total 33), declararam a renda de 4 ou mais salários mínimos. Sendo a renda alcançada através do desenvolvimento de atividades formais, informais, trabalho autônomo, complementada pelo acesso a benefícios através de Programas de Transferência de Renda, como o acesso ao Bolsa Família, que será melhor detalhado a seguir.

Importante dizer que do total de famílias atendidas, 23% ( total de 63) responsáveis declararam estar em situação de desemprego. Com estes dados pode-se inferir que as necessidades básicas (alimentação, vestuário, transporte), bem como a qualidade de vida, que estão diretamente relacionadas com a renda familiar e são essenciais para o bem-estar das famílias, encontram-se prejudicadas, agravado pelo fato das famílias serem numerosas.

Deste modo identificamos uma renda variável entre os atendidos, ou seja, de um lado famílias que vivenciam situações que podem vir a ser considerado fator de risco para a exposição às situações de vulnerabilidade social e violações de direito e de outras famílias que declararam renda que permite a estas o acesso mesmo que de forma mais controlada a bens, serviços e lazer. Vale destacar que as famílias em sua maioria são numerosas, com média de 04, 05 e 06 membros residindo na mesma casa, fragilizando e limitando os recursos financeiros da família. Ainda no que diz respeito à condição de fragilidade material ou social das famílias diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social, temos ainda aquelas que são beneficiadas pelos Programas de Transferência de Renda, sendo que no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 06 a 14 anos, apenas 25% (total de 66) são beneficiários dos Programas de Transferência de Renda, as demais embora estejam em situações de vulnerabilidades, porém não atendem aos critérios estipulados para inserção dos benefícios, dificultando assim seu acesso aos direitos de cidadania.

Na unidade do Progen Vila Bela através do SCFV 06 a 14 anos, o atendimento é realizado diariamente de segunda a sexta- feira, das 08h00 às 18h00, em três períodos, sendo manhã, das 08h às 11h30, tarde, das 13h às 16h30 e vespertino, das 15h às 18h00. Este último atendimento partiu da realidade apresentada pelas famílias, uma vez que as crianças que estudam em Escolas de Ensino Integral ainda encontram dificuldades de acesso a serviços da rede de proteção e assistência social, bem como espaços para socialização, desenvolvimento de habilidades e fortalecimento de vínculos. Destacamos que esta demanda surgiu inicialmente através de ações em conjunto com a EMEFEI Padre Francisco Silva, atendendo a solicitação das famílias em situações de riscos e vulnerabilidades sociais no período em que a escola passou a realizar o atendimento integral. A parceria entre Progen - Vila Bela e a EMEFEI Padre Francisco Silva existe há muito tempo, mas se estreitou no decorrer do projeto TEIA - Tecendo Educação Integral e Ampliada, iniciado em 2012 e que se mantém até os dias atuais; com algumas modificações, mas sendo efetivado e se consolidado através de um compromisso ético por parte dos serviços envolvidos em todas as ações desenvolvidas.

Outra grande conquista e resultado desta parceria foi o mapeamento em conjunto do território e a integração destes serviços para a proteção integral no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Esta articulação culminou com o planejamento em rede para o 18 de maio - “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra crianças e adolescentes”. Conseguimos garantir formação entre as políticas da assistência social e educação dos profissionais que compõem tais serviços sobre os desafios, intervenções e fluxo da rede para o enfrentamento dessa violação de direito. Também mobilizamos a rede de serviços de forma abrangente para organizar o “MOBILIZARTE”, evento realizado no microterritório e que teve como objetivo promover a mobilização para a conscientização e enfrentamento a esta problemática.

Tais ações propiciam convivência social, consciência crítica e de princípios éticos, fortalecendo os vínculos e desenvolvendo habilidades. Tem-se desenvolvido, também, um trabalho de articulação com os serviços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos através das reuniões de discussão de casos e/ou encaminhamentos para rede socioassistencial, bem como formações, pois é de extrema importância a articulação em rede no enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente, sabendo que uma articulação completa e conectada com todos os serviços garante a proteção integral às famílias que estão em situação de vulnerabilidade, devido a situações de violência física, sexual, psicológica e/ou negligência.

Nosso papel tem sido garantir o acesso às políticas já existentes, bem como articular e propor novas políticas, através da elaboração de documentos que comprovam a realidade vivenciada em nosso território. Desta forma, justifica-se a importância de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no território do G9 a partir dos dados acima apresentados, além do que destaca a Política



Nacional de Assistência Social no qual descreve que a Proteção Social Básica "Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)" (PNAS, 2004, p.33).

Mesmo com todos os avanços e conquistas, não podemos desprezar as necessidades aqui apresentadas, de forma a reduzir as vulnerabilidades e situações de riscos das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, efetivando e qualificando a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 14 anos.

### **Referências:**

- AMARO, S. A questão racial na assistência social: um debate emergente. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 81, p. 58-81, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria (MDS), Política Nacional de Assistência Social- 2004/ Sistema Único de Assistência Social-SUAS.
- BOLETIM SISNOV nº 9, 2015./BOLETIMSISNOV Nº 12/2017.
- CAMPINAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. (Org.). Campinas. 2017. Disponível em: . Acesso em: 01 de Dezembro de 2019.
- CAMPINAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos. Relatório de Informações Sociais do Município de Campinas - RIS - 2016.
- CAMPINAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos. Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único em Campinas - 2016
- FUNDAÇÃO FEAC. Diagnóstico Socioterritorial. Ed. 2017. Campinas / SP
- GONÇALVES, José Roberto. Espaço, tempo e memória, recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas; o exemplo da Vila Castelo Branco. Campinas, SP. 2002.
- IBGE. Censo 2010. Disponível em: &lt;https://censo2010.ibge.gov.br/&gt; . Acesso em: 29 de novembro de 2019.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <www.mds.gov.br> . Acesso em 29 de novembro de 2019.
- PROGEN, Projeto Gente Nova. Perfil das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Campinas, SP.2019.

- RODRIGUES, Maira. Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos. São Paulo, 2008.

**5. PÚBLICO-ALVO:** Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos e 11 meses.

**6. DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS, DA PERIODICIDADE, DAS METAS A SEREM ATINGIDAS E DAS ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO PARA CADA ATIVIDADE A SER EXECUTADA ( A LISTAGEM DE ATIVIDADES ESTÁ DISPONÍVEL NO ANEXO I DESTE EDITAL)**

Atividade 1	Atividades de busca ativa
<b>Descrição</b>	<p>A busca ativa na Política de Assistência Social é uma estratégia de fazer com que o serviço chegue até as famílias, uma vez que segundo a PNAS (Brasil, 2004, p.40) “a matricialidadesociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social”. Vela destacar que esta é uma ação exclusiva do CRAS, uma vez que este é a porta de entrada para o SCFV no município conforme Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Como dito anteriormente, não temos um CRAS no microterritório e o Progen é o único equipamento de Proteção Social Básica de referência para esta comunidade.</p> <p>Temos como foco fortalecer os vínculos familiares e comunitários com a ação dos profissionais de diferentes áreas do conhecimento visando a possibilidade do desenvolvimento integral da criança, adolescente, jovem, adulto e idoso e seus familiares.</p> <p>Realizando o atendimento/acompanhamento social, psicológico, pedagógico e também de coordenação técnica/geral das crianças, adolescentes e seus familiares, procuramos fortalecer e potencializar o reconhecimento do usuário como cidadão de direito, propiciar o acesso no SCFV e garantir a vinculação no sistema SIGM viabilizando também o acesso aos serviços, benefícios socioassistenciais, bem como a inclusão e acompanhamento das crianças e adolescentes, nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, organizados em grupos de até 30 inscritos, participando das</p>

	<p>atividades semanalmente, divididos em três períodos (manhã, tarde e vespertino).</p> <p>Como ações de busca ativa podemos destacar: o acompanhamento da presença e participação das atividades, a articulação com a rede de proteção a fim de garantir aos participantes do serviço o acesso aos serviços, benefícios, e sua inclusão no sistema de Cadastro único do município (SIGM). Para a realização da busca ativa, a equipe técnica (assistente social, psicólogo, pedagoga) realiza atendimentos individuais, visita domiciliar, contatos telefônicos, encaminhamento de relatório para os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes - SGDCA, dentre outras ações. Vale dizer que tais ações são de extrema importância para o trabalho de prevenção às situações de risco e vulnerabilidades.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Meta</b>	Manutenção da meta cofinanciada (330 crianças e adolescentes)
<b>Avaliação</b>	<p>Todo processo de avaliação é realizado com a participação das crianças, adolescentes e famílias. No caso das ações de busca ativa, temos como meio de verificação o cumprimento da meta de atendimento através do sistema SIGM, das listas de presença, participação das crianças e adolescentes nas atividades, participação das famílias no processo de construção e planejamento das atividades, planejamento das equipes, documentos e instrumentais construídos ao longo do ano.</p>
<b>Atividade 2</b>	<b>Acolhida individual</b>
<b>Descrição</b>	<p>É imprescindível que os profissionais que atuam no SCFV tenham a compreensão de que os participantes que chegam ao serviço usufruem do seu direito à assistência social, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por leis e normativas específicas dessa política pública.</p> <p>Ressaltamos que o nosso método de trabalho se dá através da Educação Não Formal com práticas que se efetivam através de Estratégias Metodológicas baseadas e que se concretizam por meio de passos, que tem como fundamento a participação das crianças, adolescentes e familiares no processo educativo, desenvolvendo assim sua autonomia e protagonismo.</p> <p>Através das Estratégias Metodológicas, também buscamos interiorizar</p>

valores, consciência crítica e princípios éticos que são fundamentais no contexto de cidadania, por este motivo, desenvolvemos ações e atividades que estimulem esse processo, favorecendo a formação da identidade, o sentimento de pertença, a sociabilidade e a garantia de direitos. Segue abaixo a caracterização dos passos trabalhados através das Estratégias Metodológicas:

**Passo 1 – Aprender a ser e conviver:** Acolhida diária das crianças e adolescentes, alimentação, roda de conversa, atividades dirigidas e lúdicas, utilizando o espaço da Organização da Sociedade Civil e comunidade.

**Passo 2 - Aprender a fazer e conviver:** Através do desenvolvimento de atividades, identificadas a partir da realidade do território, que estimulem e fortaleçam vínculos familiares e comunitários.

**Passo 3 - Convivência social e familiar:** Através de encontros mensais, grupos reflexivos, rodas de conversa, atendimentos e orientação para fortalecimento de vínculos familiares, sociais e comunitários.

**Passo 4 - Ações de participação:** Participação em eventos, atividades culturais e comunitárias, participação em mobilizações, cortejos e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário.

**Passo 5 - Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.** Reunião com a rede de proteção do micro território para discussões de casos, participação em reuniões no CMDCA/CMAS, com escolas, CRAS/CREAS, articulação com a rede de Sistema de Garantia de Direitos. Vinculação dos usuários no SIGM e SISNOV.

**De acordo com o Passo 1 das Estratégias Metodológicas: Aprender a ser e conviver,** realizamos acolhida diária das crianças e adolescentes, sendo esta realizada por toda equipe de profissionais (educadores, equipe técnica, equipe de cozinha e equipe de limpeza) ofertando um espaço de garantia de direitos, acolhedor, organizado, bem como oferecemos a alimentação (lanche da manhã, almoço, lanche da tarde); roda de conversa com temas do cotidiano, voltados para direitos de cidadania e fortalecimentos de vínculos; atividades dirigidas e lúdicas propiciando o direito do brincar, de conviver, de explorar conhecimentos, utilizando o espaço da OSC e comunidade.

	<p>A acolhida dos participantes no SCFV é sempre um momento integrador, criativo e ético, considerando que alguns dos participantes que chegam ao SCFV estão em condição de vulnerabilidade e/ou risco e por esta razão a equipe se mantém atenta para acolher e realizar os encaminhamentos necessários.</p> <p>No que se refere a acolhida individual, esta ocorre desde o primeiro atendimento no SCFV com equipe técnica, onde é realizada a escuta qualificada para identificação das demandas, público prioritário e inserção da criança e adolescente nas atividades. Embora as atividades do SCFV são organizadas em grupos, cada criança e adolescente que chega inicialmente no serviço é acompanhada pela pedagoga e educador com objetivo de integrar, acompanhar nas atividades e fortalecer sua adaptação no SCFV.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Meta</b>	Possibilitar às 330 crianças e adolescentes inseridos nos três períodos (manhã, tarde e vespertino) educar-se para a vida, descobrindo-se como sujeito de direitos e deveres; conscientizando-se de que é possível aprender a conviver com os outros, base socioeducativa do Plano de Trabalho.
<b>Avaliação</b>	O processo de avaliação se dá através da participação das crianças, adolescentes e famílias diariamente através das ações e atividades executadas na OSC. Como meios de verificação utilizando o sistema SIGM, os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente, registros em prontuários e relatórios que servem como ferramenta de planejamento de nossas ações.
<b>Atividade 3</b>	<b>Acolhida em grupo</b>
<b>Descrição</b>	<p>Conforme Orientações para Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os grupos são formados por até 30 participantes, geralmente, reunidos conforme o seu ciclo de vida, sob a condução do educador social, sendo que possui especificidades e desafios relacionados a cada estágio da vida dos indivíduos.</p> <p>No Progen Vila Bela, acolhida em grupo acontece diariamente, seguindo o mesmo conceito do <b>Passo 1 das Estratégias Metodológicas: Aprender a</b></p>

	<p><b>ser e conviver.</b> Nesta ocasião desenvolvemos as <b>rodas de conversas</b> temáticas com assuntos do cotidiano, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, sendo um espaço de diálogo e interação, ampliando suas percepções sobre si e sobre o outro, bem como abordando seus direitos e deveres enquanto cidadãos. <b>A roda de conversa</b> visa possibilitar às 330 crianças e adolescentes educar-se para a vida, descobrindo-se como sujeito de direitos e deveres; conscientizando-se de que é possível aprender a conviver com os outros, base socioeducativa do Plano de Trabalho.</p> <p><b>Referência:</b> BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: MDS, 2016.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Meta</b>	Realizar a acolhida para as 330 crianças e adolescentes diariamente, através dos atendimentos e atividades em grupos.
<b>Avaliação</b>	Este processo é realizado diariamente, com a participação das crianças e adolescentes, através da escuta e do interesse dos participantes. Como meios de verificação utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente, registros em prontuários, sistema SIGM e relatórios que é uma fonte de recurso para o planejamento desta ação sendo conduzida diariamente pela equipe de educadores, pedagoga, psicólogo e coordenação técnica.
<b>Atividade 4</b>	<b>Estudo social</b>
<b>Descrição</b>	O Estudo Social faz parte do diagnóstico socioeconômico, que é um processo metodológico específico, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social objeto da intervenção profissional. É um instrumento importante para o trabalho realizado com as famílias, uma vez que através dele conseguimos identificar o público prioritário e realizar os

	<p>encaminhamentos necessários de acordo com as Estratégias Metodológicas.</p> <p>Este processo se dá através da inclusão e acompanhamento da família no serviço e com a vinculação desta no SIGM. Os profissionais do Serviço Social são responsáveis por esta ação que também faz parte da acolhida e acompanhamento familiar. Realizamos no momento da inclusão o preenchimento de um formulário contendo informações necessárias para o acompanhamento das famílias no SCFV, posteriormente são organizados prontuários por participantes.</p> <p>Tal ação é de extrema importância para o fortalecimento dos vínculos, levantamento de estratégias de atendimento e encaminhamentos para os serviços e benefícios socioassistenciais.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Meta</b>	O estudo social é realizado para os 330 participantes do SCFV.
<b>Avaliação</b>	<p>A avaliação é realizada através da participação das crianças e adolescentes e famílias nas atividades desenvolvidas e grupos de convivência, bem como através do acompanhamento realizado pela equipe técnica e encaminhamentos para a rede de proteção</p> <p>Destacamos que também é elaborado pelas unidades do Progen um documento para identificar o perfil das famílias atendidas no SCFV, que serve como instrumento e banco de dados para o planejamento de nossas ações e contribuição, articulação com outras políticas no microterritório.</p>
<b>Atividade 5</b>	<b>Visita domiciliar</b>
<b>Descrição</b>	<p>A visita é uma estratégia para uma observação sistemática da realidade dos participantes do SCFV considerando a matricialidade sóciofamiliar, contribuindo com maiores elementos para a equipe de trabalho que realiza o acompanhamento da família em uma visão ampla, considerando que as situações de risco e vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias não se encerram na individualidade ou sanam nas atividades. Por isso as visitas são moldadas sobre a perspectiva do acompanhamento onde a captação de informações são mais evidentes do que no atendimento na unidade executora, assim contemplando novas estratégias para o desenvolvimento do participante do serviço em consonância com o <b>Passo 3: Convivência social e familiar</b>,</p>

	<p>que abrange as estratégias metodológicas como orientações que fortalecem as ações sociais e comunitárias, focando que a maioria de nossos participantes enquadram - se no grupo prioritário (81% dos 330 participantes).</p> <p>Vale destacar que a visita domiciliar também é uma ação de extrema importância para fortalecimento dos vínculos, aproximação da realidade e tal ação é conduzida pelo profissional do Serviço Social e Psicologia, para levantamento de estratégias de atendimento, encaminhamento para rede de proteção e vinculação com as famílias no processo de acompanhamento.</p> <p><b>Referência:</b></p> <p>SOMER, Diana G.; MOURA, ReidyR. de. Visita domiciliar, instrumento que potencializa a atuação do Assistente Social. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 123, abr 2014. Disponível em: &lt;  <a href="http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&amp;artigo_id=14704">http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&amp;artigo_id=14704</a>&gt;. Acesso em 02 de novembro 2019.</p>
<b>Periodicidade</b>	Semanal
<b>Meta</b>	Realização de visita domiciliar para as famílias dos 330 participantes do SCFV durante a execução deste Plano.
<b>Avaliação</b>	O processo de avaliação se dá através dos encaminhamentos realizados, registros nos prontuários, vinculação com os participantes e famílias e articulação com a rede socioassistencial.
<b>Atividade 6</b>	<b>Orientações individuais</b>
<b>Descrição</b>	<p>Um dos objetivos do SCFV é estimular o protagonismo, através do acesso à informação sobre direitos de cidadania, sendo assim, a equipe: 06 Educadores, 01 Assistente Social, 01 Pedagogia, 01 Psicólogo realizam através do atendimento diário, orientações de cunho protetivo que visa compreender a singularidade de cada participante em seu contexto global e a partir delas trazer reflexões acerca do entendimento de cada caso, para a construção de vínculos e até mesmo de uma clareza no âmbito social e coletivo.</p> <p>Destacamos que o trabalho social desenvolvido no SCFV deve respeitar os eixos estabelecidos através das Orientações para o SCFV emitidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MDS: Eixo Convivência Social; Eixo</p>



	<p>direito de ser; Eixo participação.</p> <p>Com as crianças e adolescentes as orientações acontecem diariamente através das atividades socioeducativas, no momento das refeições e em situações em que os educadores identificam demandas para orientações. Com as famílias, a equipe técnica realiza as orientações através dos atendimentos individuais, estudo social, visitas, dentre outros e todos com o objetivo de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Meta</b>	Realizaremos atendimento e orientações para as 330 crianças e adolescentes participantes do SCFV e suas famílias.
<b>Avaliação</b>	Tal processo se dá através da participação das crianças, adolescentes e famílias no SCFV. Protagonismo dos participantes do SCFV em relação às ações e atividades, acompanhamento da equipe, formulários de avaliação preenchido pelos participantes e famílias, relatórios e registros como fonte de recurso para planejamento de nossas ações.
<b>Atividade 7</b>	<b>Orientações grupais</b>
<b>Descrição</b>	<p>Como dito anteriormente, os participantes do SCFV são divididos em grupos a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vida. O trabalho nos grupos, bem como as orientações necessárias são planejadas de forma coletiva, contando com a participação ativa do Pedagogo que é o técnico de referência dos educadores e sua atuação vem de encontro com a Resolução nº269, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no qual compõem obrigatoriamente as equipes de referência no SCFV juntamente com profissionais do Serviço Social, Psicologia e Educadores.</p> <p>Partimos na questão da vivência social e coletiva, onde os grupos se distinguem entre si, porém com a identidade no contexto socioeducativo em âmbito a desenvolver questões e discutir temas com várias vertentes, além do estabelecimento de regras e combinados em grupo, que se estabelecem como orientações reflexões pertencentes ao grupo estabelecido, que podem ser de diversas formas como: faixa etária, gênero, homogêneo e até mesmo intergeracional. Sempre com a diretriz que contextualiza o <b>Passo 1 das</b></p>

	<p><b>Estratégias Metodológicas: Aprender a ser e conviver e Passo 3: Convivência social e familiar</b> em relação a convivência social e o fortalecimento de vínculos.</p> <p>As orientações grupais ocorrem através das atividades: Roda de Conversa, Atividades Socioeducativas e Grupos de convivência.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Meta</b>	As orientações grupais acontecem para as 330 crianças, adolescentes e famílias através das rodas de conversa diária, atividades socioeducativas e grupos de convivência.
<b>Avaliação</b>	A avaliação envolve a participação das crianças, adolescentes e famílias e como meios de verificação utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
<b>Atividade 8</b>	<b>Atividades grupais de convívio</b>
<b>Descrição</b>	<p>No SCFV realizamos Grupos de Convivência, no qual ofertamos para as famílias e comunidades com o objetivo de prevenir as situações de risco social, fortalecer a convivência familiar e comunitária, assegurar o direito à convivência familiar e comunitária, prevenir a institucionalização e a segregação de pessoas vulneráveis, promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecer a rede de proteção social nos territórios, promover acesso às demais políticas públicas, como Educação e Saúde, fazer com que os participantes reconheçam seus direitos e a importância de sua participação cidadã, possibilitar acesso à cultura, esporte, lazer e manifestações artísticas, e propiciar trocas de experiências intergeracionais, fortalecendo o respeito e a empatia entre todos conforme objetivos do SCFV conforme Resolução CNAS nº 01/2013.</p> <p><b>De acordo com o Passo 3 das Estratégias Metodológicas: Convivência social e familiar:</b> Procuramos através da realidade do território, desenvolver atividades que estimulem e fortaleçam os vínculos com a realização de Grupos de Convivência com as famílias das crianças e adolescentes atendidas no SCFV.</p> <p>Também destacamos a acolhida em grupos com as crianças e adolescentes</p>

	através das atividades socioeducativas que será descrito posteriormente.
<b>Periodicidade</b>	Semanal
<b>Meta</b>	Realização de Grupos de Convivência para as famílias das 330 crianças e adolescentes atendidas no SCFV.
<b>Avaliação</b>	A avaliação envolve a participação das crianças, adolescentes e famílias e como meios de verificação utilizando o sistema SIGM, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
<b>Atividade 9</b>	<b>Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural.</b>
<b>Descrição</b>	<p>As atividades socioeducativas fazem parte do processo metodológico da instituição que está presente no <b>Passo 4 - Ações de Participação:</b> Atividades culturais, sociais, artísticas, lúdicas, esportivas, comunitárias, participação em mobilizações (cortejos) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário.</p> <p>Durante todo o processo de trabalho, através de todas as atividades, as crianças, adolescentes e seus familiares são estimulados a participarem de espaços coletivos, comissões, fóruns do município garantindo o acesso a direitos humanos, sociais e socioassistenciais. Também são promovidos junto com as crianças e adolescentes e seus familiares festivais de música, dança, capoeira, esporte, onde serão apresentados e potencializados todos os conhecimentos adquiridos durante o ano. Esses espaços são utilizados e garantidos para fortalecer o vínculo familiar e comunitário e socializar as potências do território, além de propiciar o acesso a atividades culturais. Vale destacar que para a execução dessas ações comunitárias e festivais contamos com a parceria da Associação Primavera e Instituto Robert Bosch.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária

<b>Meta</b>	Atividades socioeducativas para 330 crianças, adolescentes e famílias.
<b>Avaliação</b>	O processo de avaliação das atividades socioeducativas citados acima serão realizados diariamente utilizando os indicadores de presença, sistema SIGM, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita a cada ação realizada.
<b>Atividade 10</b>	<b>Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social.</b>
<b>Descrição</b>	<p>As atividades socioeducativas fazem parte do processo metodológico da instituição e está presente no <b>Passo 2 - Aprender a ser e conviver</b>, estimulando a aprendizagem interiorização de valores, consciência crítica, princípios éticos, possibilitando o desenvolvimento do senso de colaboração, participação, despertando habilidades para fortalecer a cidadania. Nas atividades de roda de conversa é possível dialogar e, refletir sobre as questões de ética, cultura, cidadania fortalecendo os vínculos e desenvolvendo o protagonismo social; No desenvolvimento das atividades de <b>Capoeira</b> (A capoeira além de propiciar o movimento corporal, possibilita a apropriação cultural e o fortalecimento da identidade); <b>Atividades físicas, tais como: Dança e Esportes</b> (Atividades físicas em diferentes modalidades, que estimula o aprimoramento da coordenação motora, com abordagens dinâmicas e recreativas, que oportuniza reflexões acerca do respeito às diferenças, visando a melhora da qualidade de vida, o bem estar físico, social e emocional dos indivíduos); <b>Circo, Saltos e Acrobacias</b> (A atividade visa a participação e estimulação da criança e adolescente no que se refere a despertar valores e atitudes, foco, concentração, superação, tomada de decisões, pro-atividade, elevação da auto-estima; valorização de si mesmo, do outro, do meio, da convivência; descoberta de potencialidades, habilidades, limites e pré-disposições, percepção corporal; além de ampliar seu repertório de conhecimento, bem como sua cultura corporal do movimento);</p>

**Teatro**(Favorece o desenvolvimento interpessoal, a compreensão e o respeito à diversidade e as relações comunitárias saudáveis; desenvolve a comunicação, expressão, visando atingir um autocontrole individual e coletivo e desenvolve potencialidades); **Música/ Rap/ Desenho** (Estimula o processo criativo de letras e músicas com temas desenvolvidos e vivenciados pelas crianças e adolescentes trazendo a realidade social em forma poética afluindo sua criatividade; Incentiva a autonomia, desenvolve percepções, coordenação motora e a diversidade de repertório através de práticas musicais e de desenho; Através do movimento educacional/artístico, destacar características culturais que possibilitem um sentimento de pertencimento); **Skate** (A atividade visa garantir uma experiência segura e saudável da sociabilidade no meio urbano através da prática esportiva, analisando, cuidando dos espaços da comunidade e trabalhando a auto estima e superação; **Informática** (Atividade que estimula a coordenação motora, a criatividade, o cognitivo, o desenvolvimento de habilidades artísticas, habilidade textual, uso consciente da internet e suas aplicações e a prática de formulação de novas idéias. A atividade se apresenta com a proposta de integrar a criança e o adolescente no universo digital de maneira propositiva, onde se é capaz de ir além das redes sociais e jogos digitais); **Meio Ambiente** (Atividade que visa potencializar e sensibilizar, através do plantio e manutenção de plantas e mudas, o cuidado com os espaços coletivos, públicos e estendo, também, à própria residência; além de possibilitar uma maior humanização que perpassa pelo bem-estar físico e ambiente, propiciando um espaço mais harmônico e saudável. Tal atividade envolve, também, brincar em espaços de natureza predominante no território); **Brinquedoteca e Jogos** (Possibilita às crianças e adolescentes o explorar do universo lúdico de forma propositiva, estimulando o imaginário, a criatividade, a socialização, a partir de jogos e brincadeiras que se estabelecem diante de regras de convivência e de atuação, subsídio e parâmetros de ações capazes de lidar com o conflito de forma inteligente. Estimulando a inteligência emocional da criança, a brincadeira favorece uma ocasião educativa, de orientação, estímulos, regras, resoluções de conflitos, vivências, trocas, experiências e compartilhamentos, tendo em vista, que a brincadeira livre ou articulada, desenvolve competências para um bom relacionamento); **Artesanatos** (Desenvolvimento de habilidades manuais, incentivando o hábito

	<p>de criar, trabalhando a concentração, auto estima, incentivo a leitura, construção a partir de histórias, bem como estimulando a imaginação e o trabalho coletivo); <b>Culinária</b> (A atividade propicia o descobrimento da origem dos alimentos como forma de aprendizado, estimulando hábitos alimentares saudáveis; Proporciona o reaproveitamento dos alimentos, conhecimento, higienização, apreciação da arte de culinária, incentivo a leitura e escrita através das receitas, bem como o trabalho através de conceitos da prática de cozinhas e questões de gênero); Cuidado e Beleza (Promove um espaço de reflexão em relação às questões do próprio corpo; propicia o aprimoramento do bem estar pessoal e no que diz respeito à saúde, fortalecendo a autoimagem e autoestima, desenvolvendo autonomia e cuidado de si mesmo).</p> <p>As atividades são identificadas a partir da realidade do território, são utilizadas como meio para garantir o acesso das crianças e adolescentes a informações relacionadas à ética, cultura, cidadania, fortalecimento do protagonismo social e fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Meta</b>	Atividades socioeducativas para 330 crianças e adolescentes.
<b>Avaliação</b>	O processo de avaliação das atividades socioeducativas citados acima serão realizados diariamente utilizando os indicadores como sistema SIGM, presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
<b>Atividade 11</b>	<b>Informação e comunicação sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação</b>
<b>Descrição</b>	Conforme o Caderno de Orientações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, o desenvolvimento de ações, em tal serviço da Proteção Social Básica, que promovam o acesso à população atendida informações sobre seus direitos e as formas de acesso aos mesmos

	<p>são essenciais para se garantir o “caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais” (Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pág. 8)</p> <p>O Projeto Gente Nova – Progen, tendo como diretriz os documentos acima citados e garantido em sua metodologia, à partir do <b>Passo 1 – Aprender a ser Conviver; Passo 3 – Convivência Social e Familiar e Passo 4 – Ações de Participação:</b> Atividades culturais, sociais, artísticas, lúdicas, esportivas, comunitárias, participação em mobilizações (cortejos) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário; desenvolverá, no SCFV, junto ao público atendido e comunidade, ações que garantem a informação, tanto sobre os direitos, quanto sobre as formas para acesso a esses direitos; além de apresentar os meios que tal público poderá buscar/reclamar/solicitar caso esse acesso não seja garantido ou se tal acesso e atendimento não forem realizados de forma adequada e qualificada. As ações serão realizadas levando em consideração a faixa etária de cada grupo, visando, um maior entendimento de tais informações, estimulando, assim, o desenvolvimento do protagonismo e de competências para compreensão crítica da realidade; da autonomia e da participação da vida pública do território e município que residem. Sendo as ações à serem desenvolvidas: rodas de conversa, grupos de convivência, grupos de reflexão, atendimentos individuais e com grupo familiar; e grupo sociocomunitário.</p> <p><b>Referência:</b></p> <p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.PERGUNTAS FREQUENTES Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Página 8. 2015</p>
<b>Periodicidade</b>	Diário.
<b>Meta</b>	Acesso para todos os 330 participantes do serviço e famílias sobre os seus direitos e as formas para o acesso e reclamação.
<b>Avaliação</b>	A avaliação é feita de forma quantitativa de acordo com o número de

	<p>peças que passam a participar do controle social, acessando os meios de reclamação e também pelo número de acesso aos direitos, essas informações são recebidas através dos atendimentos presenciais, telefônicos e e-mail.</p>
<p><b>Atividade 12</b></p>	<p><b>Desenvolvimento de atividades e articulações junto a políticas públicas para ampliação da independência e autonomia de pessoas com deficiência e de suas famílias</b></p>
<p><b>Descrição</b></p>	<p>Um dos objetivos do SCFV é “Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária” (Página 11), de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), portanto pessoas com deficiência fazem parte do público prioritário, devendo estar incluída em atividades desenvolvidas em seu território, fortalecendo e ampliando o acesso aos seus direitos, como determina a LBI - Lei Brasileira de Inclusão, no <b>CAPÍTULO VII, DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL, Art. 39.</b> Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social.</p> <p>Por sua vez, na Resolução CNAS nº 34/2011, o art. 4º, § 2º, afirma que a habilitação e reabilitação na assistência social se realiza por meio de programas, projetos, benefícios e pela oferta dos serviços socioassistenciais tipificados, entre os quais está o SCFV. As atividades desenvolvidas devem ser definidas e planejadas de acordo com a demanda, interesse e necessidade dos participantes e do território, respeitando suas limitações, <b>Passo 2 das Estratégias Metodológicas: Aprender a fazer e a conviver</b> ; essas atividades de interação e convívio, possibilita aos participantes uma relação igualitária e de descoberta de novas potencialidades.</p> <p>O contato com esse público e o grupo familiar, deve ser feito de maneira acolhedora, estando claro para a equipe do serviço de atendimento que eles</p>



	<p>trazem consigo histórias de exclusão e discriminação, cabendo a cada profissional estar disponível para promover a transformação e a inclusão que necessitam, como determina as leis acima citadas.</p> <p>Os riscos sociais são comuns a todos. Porém, quanto menor a capacidade de enfrentamento, maior a probabilidade de que a pessoa, em especial a com deficiência, vivencie situações de violação de direitos. As situações de extrema pobreza, o convívio em ambientes sem acessibilidade, a falta de assistência em saúde, a baixa escolaridade e a ausência de cuidados, ampliam as situações de dependência, dificultam a autonomia e a participação social das pessoas com deficiência. A exclusão social é resultado de segregação e negligência, que impede que os indivíduos tenham participação em espaços de decisões e garantia de direitos. Portanto o processo de inclusão social, deve ir além do território em que as pessoas com deficiências estão inseridas, através do desenvolvimento de atividades de reflexão, orientação e conhecimento de seus direitos; essa Organização da Sociedade Civil tem como prática o incentivo a participação em Fóruns, Conselhos, Conferência, e possibilitando ao usuário e ao grupo familiar espaço de participação.</p> <p>Vale ressaltar que para que essa participação se efetive, é necessário que a OSC se articule com a rede de serviços do município, como citado no <b>Passo 5 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidades e rede de serviços</b>, definindo estratégias coletivas para diminuição das violações de direitos. Na unidade Progen Vila Bela, no ano de 2019 realizamos uma parceria com a Fundação Feac via projeto Igual, onde foi promovido a acessibilidade arquitetônica dos espaços físicos disponibilizados para as atividades, bem como adequação da mobília para as pessoas com mobilidade reduzida.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Meta</b>	Ampliar a oferta de atividades inclusivas para os 330 participantes e famílias e promover articulações junto às políticas que ampliem da independência e autonomia das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
<b>Avaliação</b>	As avaliações com os participantes acontecem a partir das atualizações dos prontuários, relatórios e acompanhamentos pedagógicos, além do acompanhamento de presença, participação nas atividades baseados no

	<p>objetivo geral e específico do plano de trabalho.</p> <p>Além de reuniões mensais com os responsáveis, e avaliação anual através de instrumental da OSC, onde famílias e participantes apontam avanços ou questões a serem melhoradas pelo serviço.</p>
<b>Atividade 13</b>	<b>Atividades de inclusão à vida comunitárias e a participação social de pessoas com deficiência</b>
<b>Descrição</b>	<p>As atividades de inclusão à vida comunitária e a participação de pessoas com deficiência acontecem em conformidade com o caderno de perguntas e respostas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que garante a prevenção da institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; esse processo acontece através de atividades diárias de socialização e culturais, onde o sujeito pode optar em qual atividade irá participar conforme seu interesse em conviver e desenvolver-se.</p> <p>Cabe a equipe da Organização da Sociedade Civil, realizar junto ao indivíduo, responsável legal, família e rede de atendimento, a discussão de caso da pessoa e deficiência identificada para melhor aproveitamento das atividades propostas.</p> <p>As atividades de inclusão e atendimento se baseiam no caderno de perguntas e respostas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que diz: “considera-se público prioritário aqueles sujeitos que, em função da deficiência, vivenciam situação de vulnerabilidade”, além do artigo primeiro da Convenção de Direitos de pessoas com deficiência que orienta: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.</p> <p>Desenvolve-se então uma metodologia que alcance a inclusão plena com o grupo de crianças, adolescentes adultos ou idosos, a fim de garantir o envolvimento nas atividades, objetivando o fortalecimento de vínculos com a</p>

	<p>comunidade e acesso às atividades que proporcionem acessos de direitos como o lazer, esportes, cultura e arte, conforme desejado e apontado pelo indivíduo.</p> <p>O processo da inclusão e realização de atividades com esse público também se pauta na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 buscando a garantia de acessibilidade, utilização com segurança e autonomia dos espaços ofertados pela OSC, possibilitando assim através de metodologias, estratégias e práticas a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.</p> <p>O Progen através das atividades diárias que oferta, proporciona ao indivíduo o envolvimento comunitário nas rodas de conversa que são realizadas com membros da comunidade a fim de garantir o processo de fala e escuta dos participantes, além de atividades que são desenvolvidas nos espaços públicos da comunidade como quadras, campos e praças.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Meta</b>	Oferta de atividades de inclusão à vida comunitárias e a participação social das pessoas com deficiência.
<b>Avaliação</b>	<p>As avaliações com os participantes acontecem a partir das atualizações dos prontuários, sistema SIGM, relatórios e acompanhamentos pedagógicos, além do acompanhamento de presença, participação nas atividades baseados no objetivo geral e específico do plano de trabalho.</p> <p>Além de reuniões mensais com os responsáveis, e avaliação anual através de instrumental da OSC, onde famílias e participantes apontam avanços ou questões a serem melhoradas pelo serviço.</p>
<b>Atividade 14</b>	<b>Encaminhamentos para a rede Socioassistencial.</b>
<b>Descrição</b>	<p>Os profissionais atuantes no SCFV, dentre suas funções tem a articulação dos setores que permitem a viabilização dos direitos, ou seja, encaminhamentos para a rede socioassistencial. Deste modo é necessário que o profissional entenda a dinamicidade desta rede para que além de encaminhar os participantes para acesso a benefícios e serviços, possa visualizar a</p>

	<p>realidade vivenciada por ela e fortalecer esta rede de proteção com estratégias coletivas para a diminuição de ocorrências de riscos sociais e seus agravamentos. Tal ação faz parte do <b>Passo 5 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.</b></p>
<b>Periodicidade</b>	Diária.
<b>Meta</b>	Realizar encaminhamentos paraas 330 crianças, adolescentes e suas famílias conforme identificação de suas demandas através do acompanhamento realizado pela equipe.
<b>Avaliação</b>	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através de contato telefônico e contrarreferenciamento.
<b>Atividade 15</b>	<b>Encaminhamentos para serviços de políticas públicas</b>
<b>Descrição</b>	<p>Diante das vulnerabilidades e violações de direitos o trabalho do SCFV é de direcionar as demandas e encaminhá-las para os equipamentos públicos responsáveis. Seja qual for a demanda: educação, saúde, moradia e etc. A importância de fortalecer o usuário na construção e consolidação da autonomia faz-se necessário no trabalho da assistência, propiciando a integração do usuário e dos serviços de direitos. Tal ação faz parte do <b>Passo 5 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.</b></p>
<b>Periodicidade</b>	Diária.
<b>Meta</b>	Encaminhamentos para serviços de políticas públicas aos 330 participantes e suas famílias

<b>Avaliação</b>	Articulação e elaboração de relatórios de encaminhamentos para a rede socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes - SGDCA; Devolutiva dos encaminhamentos pela rede e através dos participantes do SCFV.
<b>Atividade 16</b>	<b>Mobilização e articulação da rede Socioassistencial.</b>
<b>Descrição</b>	Para o desenvolvimento e alcance dos objetivos propostos é de suma importância o trabalho em rede. Formar uma rede de proteção que integre as políticas públicas de direitos, DAS/CREAS e serviços da comunidade tecendo um processo de educação integrado para concretizar o Plano de Trabalho, fortalecendo a rede de proteção, com estratégias coletivas para a diminuição da ocorrência de riscos sociais, seus agravamentos e reincidência. De acordo com o <b>Passo 5 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços</b> . Esta atividade se desenvolve através de reuniões com a rede de proteção do microterritório para discussões de casos, participações em reuniões no CMAS/CMDCA, com escolas, DAS/CRAS/CREAS, articulação com a rede e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes - SGDCA . Vinculação dos participantes no SIGM.
<b>Periodicidade</b>	Quinzenal.
<b>Meta</b>	Participação da rede socioassistencial de atuação.
<b>Avaliação</b>	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através de contato telefônico e contrarreferenciamento.
<b>Atividade 17</b>	<b>Mobilização e fortalecimento de redes de apoio</b>

<p><b>Descrição</b></p>	<p>O ser humano nasce e vive em uma rede de relações representada por: família, escola, comunidade, trabalho, dentre outras. Nestes ambientes as pessoas desenvolvem-se e conquistam uma diversidade de lugares de interação social. As relações entre pessoas e ambientes oferecem possibilidades de apoio nos momentos de crise ou mudança e podem criar oportunidades de desenvolvimento humano através da qualidade dos meios de subsistência, possibilidades de emprego, estudo, amizades, lazer, relações de suporte e de afeto. Desta forma o serviço visa fortalecer a rede de apoio do público atendido por compreendermos que uma rede fortalecida favorece na diminuição dos riscos sociais, seus agravamentos e possíveis reincidências.</p> <p>Esta atividade também faz parte do <b>Passo 5 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.</b></p>
<p><b>Periodicidade</b></p>	<p>Diária.</p>
<p><b>Meta</b></p>	<p>Mobilizar para fortalecer a rede de apoio das demandas apresentadas pelos 330 participantes e famílias do SCFV, bem como envolver os usuários nesse processo, com participação ativas nos espaços coletivos.</p>
<p><b>Avaliação</b></p>	<p>A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através relatórios, contato telefônico e contrarreferenciamento.</p>
<p><b>Atividade 18</b></p>	<p><b>Participação em mobilizações sociais para a cidadania</b></p>
<p><b>Descrição</b></p>	<p><b>De acordo com o Passo 4 das estratégias metodológicas: Ações de Participação:</b> Atividades culturais, sociais, artísticas, lúdicas, esportivas, comunitárias, participação em mobilizações (cortejos) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário. Esta atividade tem como objetivo ampliar o repertório através de atividades</p>

	<p>culturais, proporcionando espaços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Bem como possibilitar a reflexão sobre inter relação pessoal, comunitária e social. Ampliando a capacidade de convivência, estimulando novas lideranças e ações sociais.</p> <p>O Progen acredita no fortalecimento dos equipamentos que compõem o microterritório, bem como entende que a consolidação das Organizações da Sociedade Civil é imperativo para a construção de uma democracia sólida e participativa. O grande desafio é como garantir o avanço e autonomia das organizações, a fim de potencializar suas capacidades propositivas na relação com o poder público e privado na defesa de garantia de Direitos, principalmente no atual cenário político.</p> <p>No que se refere às participações nos Conselhos (CMAS e CMDCA), temos participação ativa com representação em reuniões, comissões e colegiados, entendendo ser de extrema importância essa participação, uma vez que nos permite acompanhar e avaliar a rede de Assistência Social, bem como construir diretrizes para o sistema no município, sendo assim, estivemos em parceria nas reflexões, debates, construção de políticas, participação em Grupos de trabalho, e Fórum de Usuários da Região Noroeste. Também participamos da Conferência da Criança e Adolescente, Conferência Regional de Assistência Social e na articulação com as redes intersetoriais do território e microterritório pois é de extrema importância a articulação em rede no enfrentamento à violência contra a criança e adolescente, sabendo que uma articulação completa e conectada com todos os serviços garante a proteção integral às famílias que estão em situação de vulnerabilidade, devido a situações de violência física, sexual, psicológica e/ou negligência.</p>
<b>Periodicidade</b>	Semanal.
<b>Meta</b>	Estímulo à participação em mobilizações sociais do território para os 330 participantes do SCFV e famílias.
<b>Avaliação</b>	Este processo envolve a participação das crianças, adolescentes e famílias

	<p>através do planejamento das ações, presença e formação de lideranças, utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.</p>
<b>Atividade 19</b>	<b>Conhecimento e inserção no território</b>
<b>Descrição</b>	<p>A partir da organização do SUAS, entendemos a base de ação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) como territorial. A importância dessa atuação está em consonância com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, já que pensar território é, necessariamente, pensar nos processos de vivenciar aquilo que é comum. Uma vez que, segundo Montero (2004), compartilhar o mesmo espaço não necessariamente desenvolve a comunidade no sentido de partilha, é nessa direção que pensamos nossa atuação no território: ocupando aquilo que é de espaço público, entendendo a importância de se fazer valer a identidade local.</p> <p>Assim, é através da oferta de atividades que consideramos os espaços públicos como elemento fundamental que pensamos o cotidiano do SCFV 06 a 14 anos. Seja em roda de conversa ou atividades de habilidades específicas, entende-se que a ocupação dos espaços é eixo norteador, já que nos utilizamos de praças, quadras e escolas das crianças e adolescentes para desenvolver atividades. Além disso, utiliza-se da articulação em rede para o diálogo e ocupação de outros ambientes em conjunto da rede de proteção, pois entendemos essa troca como elemento central de ação efetiva.</p> <p>Para além das questões microterritoriais, também há de se fazer necessário a ocupação do território no que se refere ao direito à cidade. A promoção do direito à cidade é garantida em documentos oficiais da ONU (2008), quando afirma ser uma condição básica de moradia digna. Nas palavras de Milton Santos (2013) “trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna.</p> <p>Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe</p>



	<p>o cidadão” (p. 209). Para tanto, como prática de efetivação de um direito garantido, organizamos, por meio de parcerias, a vivência para as crianças e adolescentes em lugares ao longo da cidade que, além de possibilitar a ampliação de cultura a partir da participação nesses espaços, também proporciona que a cidade seja uma cidade que educa a partir do acesso.</p> <p>Atividades externas são as principais ferramentas utilizadas nesse execução. Por fim, partindo do princípio da luta por direitos, entende-se como de extrema importância que nesse conhecimento e ocupação do território, também se concretiza os espaços adequados para enfrentamentos como Conferências, Conselhos, Fóruns e todas as instâncias onde se faz essencial a presença daqueles que de fato são usuários e usuárias dessa política. Promover essa participação através de rodas de conversa e de todo o dia a dia do Serviço é dever de nossas ações enquanto proposta de enfrentamento da realidade.</p> <p>Entender o território, é enxergar o cotidiano de vida das pessoas para que se possa pensar em uma política que facilite esse processo, uma vez que falar de onde se ocupa é compreender as vulnerabilidades ou potencialidades que surgem a partir de um determinado contexto.</p> <p><b>Referências:</b></p> <p>Brasil. Política Nacional de Assistência Social (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília.</p> <p>Montero, Maritza. Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos. Editorial Paidós, v. 1, p. 5-144. Buenos Aires, 2004.</p> <p>Organização das Nações Unidas (2008). Promoção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito a desenvolvimento.</p> <p>Santos, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. 2ª edição. Brasília: Edição Ulysses Guimarães, 2013.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária.
<b>Meta</b>	Conhecer e articular, desenvolver ações no território envolvendo a participação das 330 crianças, adolescentes e famílias.

<b>Avaliação</b>	A avaliação se dá a partir da participação das crianças e adolescentes no cotidiano do SCFV 06 a 14 anos, bem como momentos de roda de conversa para a identificação das demandas e direcionamentos de propostas dos participantes. Ainda, contamos com instrumentais que possibilitam que sugestões e críticas sejam manifestas em relação à presente questão.
<b>Atividade 20</b>	<b>Conhecimento e mapeamento de redes socioassistenciais</b>
<b>Descrição</b>	<p>O processo de trabalho no território se dará com maior efetividade a partir do reconhecimento e mapeamento dos equipamentos socioassistenciais dentro do raio de atendimento de cada unidade executora, pois facilitará o encaminhamento e trabalho em conjunto com a finalidade do alcance das necessidades do território. O mapeamento dos equipamentos dar-se-á por meio da utilização de programas de georreferenciamento (SIG) já existentes (MOPS – Ministério da Cidadania, Mapa de Serviços – PMC) e por sistemas próprios e manipuláveis como o <i>Google Earth Pro</i> e <i>Google Maps</i>, baseado a partir de banco de dados oficiais (PMC, IBGE, dentre outros).</p> <p>Para além do processo de mapeamento, o conhecimento da execução dos serviços pelos equipamentos que compõem a rede socioassistencial dará ao mesmo tempo do mapeamento da rede socioassistencial.</p>
<b>Periodicidade</b>	Anual.
<b>Meta</b>	Mapeamento de todos equipamentos da rede socioassistencial dentro do microterritório de atuação da unidade executora.
<b>Avaliação</b>	A avaliação se dará pelo encaminhamento de demandas identificadas aos equipamentos que compõem a rede socioassistencial a partir do conhecimento e mapeamento dos mesmos. Além da atualização anual do mesmo.

<b>Atividade 21</b>	<b>Conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais</b>
<b>Descrição</b>	<p>Dentre vários conceitos, Inojosa (2001), compreende a intersectorialidade como “a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas”. Não obstante a este conceito, a materialização dessa articulação, dará por meio do encontro e discussões em grupos com a rede de atendimento Intersectorial das diversas políticas sociais de determinado território.</p> <p>O mapeamento do mesmo será de forma articulada com o Distrito de Assistência Social, devido ao fato de não estarmos no território de abrangência de um CRAS, e com a articulação de potenciais participantes de outras políticas públicas existentes no território, tendo em vista que este território ainda não se está estabelecida uma Rede Intersectorial.</p> <p><b>Referência:</b></p> <p>Inojosa, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. <i>Cadernos FUNDAP</i> 2001; 22:102-110.</p>
<b>Periodicidade</b>	Anual.
<b>Meta</b>	Participação como membro representativo da Rede Intersectorial a ser construída no territorial de atuação.
<b>Avaliação</b>	A avaliação se dará por meio da constituição da Rede Intersectorial e de sua participação.
<b>Atividade 22</b>	<b>Inserção e participação na articulação de redes intersetoriais</b>
<b>Descrição</b>	Participamos na articulação com as redes intersectoriais do território e micros territórios pois é de extrema importância a articulação em rede no

	<p>enfrentamento a violência contra a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, sabendo que uma articulação completa e conectada com todos os serviços garante a proteção integral às famílias que estão em situação de vulnerabilidade, devido a situações de violência física, sexual, psicológica e/ou negligência.</p> <p>Destacamos que tal ação vai de encontro ao <b>Passo 5 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços</b>, visando integrar as políticas públicas de direitos, fortalecendo a rede de proteção com estratégias coletivas para diminuição de riscos sociais, seus agravamentos e reincidência.</p>
<b>Periodicidade</b>	Quinzenal.
<b>Meta</b>	Participação e articulação nas redes intersetoriais do território e microterritório.
<b>Avaliação</b>	A avaliação ocorre através da participação da equipe nos encontros intersetoriais, envolvimento e mobilização dos participantes e famílias no território e microterritório.
<b>Atividade 23</b>	<b>Notificações de situação de violação de direitos</b>
<b>Descrição</b>	<p>A notificação é o primeiro passo em direção ao rompimento do ciclo de violência ao qual crianças e adolescentes estão submetidos (Arpini, 2008). Segundo Sêda (1997), notificar é dar a alguém o comunicado; encaminhar um ato praticado que gera consequências jurídicas legais. Quando a notificação é realizada – e sustentada – a busca é pela resolução do problema vivido através de encaminhamentos, de forma que a sustentação dessa ação se dá através dos procedimentos envolvidos referentes ao como encaminhar, onde e para quê (Cadernos de Saúde Pública, 2008).</p> <p>A realização das notificações no SISNOV, se faz de suma importância, pois é uma das formas de contribuir para interromper o ciclo das violências, tal ação é realizada através do registro da notificação por meio eletrônico, que gera informações e indicadores. Tais indicadores contribuem no desenvolvimento de políticas específicas que reduzam os riscos e danos associados a estes tipos de violência. Outro Órgão de Notificação é o</p>

	<p>Conselho Tutelar, quando casos de suspeita ou confirmação de violação de direitos da criança e/ou adolescente, é obrigatório sua notificação, contamos também com o Canal de Notificação do disque 100.</p> <p>Esta ação se encontra no <b>Passo 5 das estratégias metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.</b></p> <p>Formar uma rede de proteção que integre as políticas públicas de direitos.</p> <p>Cabe destacar que esta atividade não possui periodicidade definida, pois será realizada conforme identificação de suspeita e/ou confirmação dos casos de violação de direitos.</p> <p><b>Referência:</b></p> <p>Arpini, D. M.; Tanure, B.; Soares, E. O. C. A. (2008). A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência. <i>Psicol. rev. (Belo Horizonte)</i>, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 95-111.</p> <p>Sêda, E. (1997). <i>XYZ do Conselho Tutelar</i>. São Paulo: IMESP.</p> <p>Cadernos de Saúde Pública, v.24, n.2, p.323-332, 2008. Retirado em 21 de outubro de 2016 de <a href="http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/6635">http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/6635</a> .</p>
<b>Periodicidade</b>	Sem periodicidade definida.
<b>Meta</b>	Notificar as situações de violação de direitos apresentadas no serviço de todos os casos identificados pela equipe.
<b>Avaliação</b>	A avaliação das notificações das situações de violência, acontece conforme rompimento e/ou diminuição das situações de violações de direitos.
<b>Atividade 24</b>	<b>Atividades de identificação de pessoas em situação de privação, desproteção e violação de direitos.</b>
<b>Descrição</b>	Tal atividade ocorre diariamente através das ações de acolhida diária, atividades em grupos, atividades socioeducativas, uma vez que o SCFV é, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social. No Sistema Único de Assistência Social temos como diretriz a

	<p>Matricialidade Sociofamiliar que se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. Desta forma, podemos destacar em nossas ações o <b>Passo 3: Convivência social e familiar</b>: Visando o acompanhamento de famílias, através de atendimentos individuais e grupais, visita domiciliares, escuta qualificada, observando as demandas trazidas em atividades e ações comunitárias, identificando situações de privações, desproteção e violação de direitos para encaminhamentos a rede de proteção.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diária.
<b>Meta</b>	Identificar as situações prioritárias em relação às 330 crianças, adolescentes e suas famílias.
<b>Avaliação</b>	A avaliação se dará à partir da escuta qualificada, dos relatos, relatórios, prontuários e lista de presença e participação nas atividades.
<b>Atividade 25</b>	<b>Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária ou outras atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho</b>
<b>Descrição</b>	<p>As atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária ou outras atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho, podem ocorrer indiretamente dentro das atividades ofertadas pelos educadores, que tem por finalidade o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Porém, em contrapartida, no decorrer das mesmas os participantes podem descobrir/despertar habilidades nas quais possam criar formas de geração de renda.</p> <p>Para além das atividades desenvolvidas na OSC, contamos com parcerias como: Centro Tecnológico a Informação, CEPROCAMP e outros, cujo o objetivo é ofertar cursos e ações visando a inserção no mercado de trabalho e/ou geração de renda.</p>

	<p>Conforme o <b>5º passo das estratégias metodológicas</b>, além destas ações também é trabalhado com o público de adolescentes no que se refere a orientação para Projeto de Vida nas atividades desenvolvidas pelo Progen ou por parcerias. Oportunidade do adolescente e jovem rever e sintetizar os conhecimentos e valores adquiridos ao longo de todo processo socioeducativo. Para esta ação o Progen conta com a parceria do Instituto EPTV, com projeto Com.Você e com a Empresa Programmer's, com projeto Programando o Futuro: Lógica e Programação.</p>
<b>Periodicidade</b>	Diário.
<b>Meta</b>	Desenvolvemos atividades para adolescentes da faixa etária de 13 a 14 anos participantes do SCFV.
<b>Avaliação</b>	<p>A avaliação é contínua durante o ano, momento este que é possível rever se a metodologia aplicada está atingindo os objetivos, para tanto serão utilizados as listas de presença das atividades, avaliando o número de participantes que frequentam, observando a dinâmica de participações, inclusão, desligamento das atividades e atualização do sistema SIGM. Ao término, será realizada a avaliação com os participantes sobre a atividade desenvolvida no dia.</p> <p>Além das avaliações diárias a OSC também aplica avaliação anual aos participantes, os quais avaliam tanto as atividades desenvolvidas pelo Progen como em conjunto com às parcerias.</p>
<b>Atividade 26</b>	<b>Outras atividades (especificar)</b>
<b>Descrição</b>	<p><b>Formação continuada para equipes:</b> Possui intuito de qualificar as equipes de trabalho e discutir questões fundamentais para o atendimento e acompanhamento das crianças, adolescentes e famílias dos territórios. Definem-se em encontros temáticos de acordo com as demandas apresentadas no cotidiano, para compartilhar experiências, dividir conhecimentos e pensar sobre questões fundamentais do trabalho na Proteção Social Básica e estratégias de atuação, refletindo num atendimento ético e de qualidade para os participantes do SCFV e suas famílias.</p>

	<p><b>Supervisão:</b> A supervisão profissional é um processo de intervenção trazendo conhecimentos, posturas éticas, teorias, metodologias, ações, resultados, e crescimento profissional. No SCFV é de extrema importância tal ação, uma vez que a equipe multidisciplinar atua com diferentes faixas etárias e com questões de vulnerabilidades e situações complexas.</p> <p><b>Planejamento das atividades socioeducativas:</b> Atividade mensal, realizada com a participação de toda equipe envolvendo a participação das crianças, adolescentes e famílias, com objetivo de desenvolver atividades estimulando o protagonismo dos participantes do serviço, acesso ao direitos de cidadania e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destacamos que através desta ação é possível avaliar as ações e atividades desenvolvidas no SCFV.</p> <p><b>Relatório Técnico Multidisciplinar:</b> Ferramenta de gestão fundamental para registrar e avaliar as atividades desenvolvidas mensalmente nas unidades do Progen.</p>
<b>Periodicidade</b>	Quinzenal/Mensal
<b>Meta</b>	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
<b>Avaliação</b>	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.

## 7. ARTICULAÇÃO EM REDE ( EM ATENÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 15, INCISO V DO EDITAL)

<b>Identificação do parceiro com o qual manterá articulação ( serviços, programas, órgãos, instituições)</b>	<b>Descrição do tipo de articulação ( encaminhamento, reunião, atividade conjunta, etc)</b>
Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos - SMASDH	Parceiro na execução, em regime de mútua cooperação para execução de Serviços de Proteção Social Básica no Município de



	Campinas.
CMAS - Conselho Municipal da Assistência Social	Parceria nas reflexões, debates e construção de políticas, participação em Grupo de Trabalho e comissões.
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Parceria na articulação, reflexão e construção de políticas públicas; FMDCA; Participação nos editais de Termo de Fomento.
Conselho Tutelar	Parceria / Articulação e estratégia na efetivação, garantia de direitos as crianças e adolescentes.
Distrito de Assistência Social -  DAS/Noroeste	Reuniões intersetoriais; Discussão de caso; Referenciamentoe contrarreferenciamento.
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Noroeste	Reuniões intersetoriais; Discussão de caso; Referenciamentoe contrarreferenciamento.
Banco de Alimentos / CEASA	Doação de alimentos e acompanhamento com nutricionista.
SANASA	Concessão de benefício tarifário à Organização da Sociedade Civil em cumprimento a Lei Municipal 7577/93.
Fundação FEAC	Parceiro que promove assessoramento técnico e realiza aporte financeiro/técnico à execução de projetos e dos serviços de forma complementar.
Instituto Robert Bosch	Desenvolvimento de ações, projetos culturais de incentivo a cidadania através de atividades

	culturais no território.
Associação Primavera Alemanha	Parceria para a execução de ações socioculturais, estimulando o protagonismo dos participantes do SCFV no território através das atividades socioeducativas e rodas culturais.
Instituto EPTV	Oferta o curso de Comunicação Audiovisual “Projeto COM.VOCÊ”; Promove a educação e cidadania por meio de atividades ligadas à área de comunicação.
ProgrammersBeyond	Curso de Lógica e Programação. Promove o ensino de qualidade em desenvolvimento de sistemas eletrônicos como sites web e jogos digitais, além das técnicas para desenvolvimento de sistemas para adolescentes.
SESC - Programa Mesa Brasil	Doação de alimentos e capacitação das equipes.
Serviços Socioassistenciais OG e OSC (PSB / PSE. Média e Alta Complexidade)	Referenciamento e contrarreferenciamento; discussão de caso.
Centro de Saúde Integração	Articulação de ações no microterritório, discussão de casos, parceria em atividades e ações na comunidade.
PUC Campinas/Unicamp	Campo de estágio, parceria no Programa de Extensão das Faculdades de Psicologia, Nutrição e Serviço Social.
Administração Regional AR 5	Parceria em atividades, ações, manutenção e conservação dos espaços públicos.
Escolas Estaduais	Parceria no acompanhamento das crianças e adolescentes e discussão de caso. Parceria nas ações da comunidade.
	Parceria no acompanhamento das crianças e

Escolas Municipais	adolescentes e discussão de caso. Parceria nas ações da comunidade.
Praça dos Trabalhadores Brasil de Oliveira (Secretaria de Esportes)	Parceria na utilização do espaço no desenvolvimento de atividades educativas, esportivas, culturais e comunitárias.
CECCO Toninha	Parceria na utilização do espaço do Progen para atividades, acompanhamento / discussão de caso; referenciamento e contrarreferenciamento; etc.
Cooperativa de Reciclagem Santo Expedito	Grupos de convivências, Reflexões sobre sustentabilidade, parceria em atividades e ações.
Girassol Caminhos Criativos	Gestão Cultural do Projeto Com.Você
Instituto Algar	Articulação, treinamento, desenvolvimento e capacitação de equipe para ações diretas com participantes do SCFV voltados ao mercado de trabalho e encaminhamento para vagas de emprego.

**8. RECURSOS HUMANOS (EQUIPE DE REFERÊNCIA MÍNIMA E OUTROS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO SERVIÇO – SE HOVER)**

<b>NOME DO PROFISSIONAL</b>	<b>ESCOLARIDADE / FORMAÇÃO</b>	<b>CARGO OU FUNÇÃO NO SERVIÇO</b>	<b>CARGA HORÁRIA SEMANAL NO SERVIÇO</b>	<b>FORMA DE CONTRATAÇÃO (CLT, RPA, MEI, VOLUNTÁRIO)</b>
Izabel Cristina Santos de Almeida	Superior completo/ Serviço Social	Coordenadora Geral	10 horas	CLT
Marcela Egídio de Souza Ferreira	Superior completo/ Serviço Social	Coordenadora Técnica	20 horas	CLT

Andria Porfirio do Nascimento	Superior Cursando/ Publicidade e Propaganda	Coordenadora Administrativo	05 horas	CLT
Yanê Sant' Ana Baptista	Superior completo/ Pedagogia	Pedagoga	20 horas	CLT
Alyne Fernanda Siqueira da Silva	Superior completo/ Psicologia	Psicóloga	25 horas	CLT
Andressa M. Lourenço	Técnico Cursando	Assistente Administrativo	20 horas	CLT
Rogério dos Santos Lourenço	Ensino Médio Completo	Cozinheiro	20 horas	CLT
Stella Maris Ambrosini	Superior completo/ Serviço Social	Assistente Social	30 horas	CLT
Claudia R. da Silva Pimentel	Superior cursando/ Serviço Social	Educadora	40 horas	CLT
Audrey Tairine dos Santos Vitalino	Ensino Médio Completo	Educadora	40 horas	CLT
Clóvis de Moura Jado	Ensino Médio Completo	Educador Social	20 horas	CLT
Fábio Danillo N. dos Santos	Superior cursando/ Ciências Sociais	Educador Social	40 horas	CLT
Luis Rodrigo Vieira de Camargo	Superior Completo/ Música	Educador Social	40 horas	CLT
Taiany de Oliveira Rogério	Superior Completo/ Física	Educadora Social	24 horas	CLT
Sandra Alice Dantas	Ensino Fundamental Incompleto	Auxiliar de Cozinha	40 horas	CLT
Estagiário (a contratar)			30 horas	
Estagiário (a contratar)			30 horas	

## 9. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

### FEDERAL

Despesa	Item de Despesa	Quantidade	Valor (R\$)
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO TRANSPORTE	1	20778.12
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	FGTS	1	34741.15
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	IMPOSTO DE RENDA	1	18253.71
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	INSS	1	72967.91
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	01	3259.11

**Total: R\$ 150.000,00**

### MUNICIPAL

Despesa	Item de Despesa	Quantidade	Valor (R\$)
FOLHA DE PAGAMENTO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	13962.85
FOLHA DE PAGAMENTO	ASSISTENTE SOCIAL	1	35088.49
FOLHA DE PAGAMENTO	AUXILIAR DE COZINHA	1	14496.93
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	6184.20
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR GERAL	1	30191.70
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR TÉCNICO	1	28840.10
FOLHA DE PAGAMENTO	COZINHEIRA	1	9684.21
FOLHA DE PAGAMENTO	EDUCADOR	02	46907.06
FOLHA DE PAGAMENTO	EDUCADOR SOCIAL	4	89345.71
FOLHA DE PAGAMENTO	ESTAGIÁRIO	2	19200.00
FOLHA DE PAGAMENTO	PEDAGOGO	1	27397.00
FOLHA DE PAGAMENTO	PSICÓLOGO	1	34214.79
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	1	19517.14
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO CRECHE	1	8543.52

PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	CONVÊNIO MÉDICO	1	29532.27
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESAS REF. A PROVISÃO 13º SALÁRIO	1	33404.95
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESAS REF. PROVISÃO 1/3 FÉRIAS	1	11134.98
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	SEGURO DE VIDA	1	1400.62
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1	7980.83
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	01	257.69
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	1	24000.00

**Total: R\$ 491.285,04**

## 10. Cronograma de desembolso

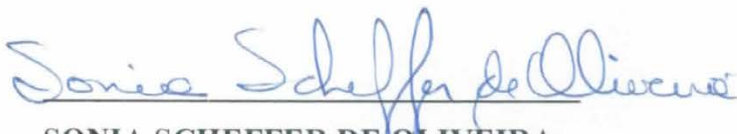
Parcela	Mês/Ano Previsto	Valor (R\$)	Fonte de Recurso
1	04/2020	12500.00	FEDERAL
1	04/2020	40940.42	MUNICIPAL
2	05/2020	12500.00	FEDERAL
2	05/2020	40940.42	MUNICIPAL
3	06/2020	12500.00	FEDERAL
3	06/2020	40940.42	MUNICIPAL
4	07/2020	12500.00	FEDERAL
4	07/2020	40940.42	MUNICIPAL
5	08/2020	12500.00	FEDERAL
5	08/2020	40940.42	MUNICIPAL
6	09/2020	12500.00	FEDERAL
6	09/2020	40940.42	MUNICIPAL
7	10/2020	12500.00	FEDERAL
7	10/2020	40940.42	MUNICIPAL
8	11/2020	12500.00	FEDERAL
8	11/2020	40940.42	MUNICIPAL
9	12/2020	12500.00	FEDERAL

9	12/2020	40940.42	MUNICIPAL
10	01/2021	12500.00	FEDERAL
10	01/2021	40940.42	MUNICIPAL
11	02/2021	12500.00	FEDERAL
11	02/2021	40940.42	MUNICIPAL
12	03/2021	12500.00	FEDERAL
12	03/2021	40940.42	MUNICIPAL

**CAMPINAS, 23 DE JANEIRO DE 2020.**



**MARCELA EGÍDIO DE S. FERREIRA**  
**COORD. TÉCNICO**



**SONIA SCHEFFER DE OLIVEIRA**  
**DIRETORA-PRESIDENTE**